

ÚLTIMAS LIÇÕES

O FILÓSOFO MORAL NA SOCIEDADE ACTUAL

LUÍS CARLOS GOMES DE MELO ARAÚJO

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PORTO 2016



Luís Carlos Gomes de Melo Araújo, tendo frequentado durante três anos a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em seguida licenciou-se e doutorou-se em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Jubilou-se como Professor Catedrático desta mesma faculdade onde ensina desde 1972. Foi, durante vários anos, Presidente do Departamento de Filosofia, Coordenador da Revista da Faculdade de Letras - Série de Filosofia, Presidente do Conselho Pedagógico, membro do Conselho Diretivo da FLUP, membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, membro do Senado da Universidade do Porto e responsável pelo Ramo de Ética e Filosofia Política do 2º ciclo de estudos (Mestrado) em Filosofia da FLUP. Foi ainda sócio fundador da Cooperativa Escola Superior de Jornalismo e Presidente do Conselho de Ética e Deontologia da Universidade de Aveiro.

Com um manifesto interesse pelo pensamento filosófico português, lecionou, entre outras unidades curriculares, Ética e Axiologia, área onde maioritariamente a sua investigação se inscreve, com várias obras publicadas: *Sentido Existencial da Filosofia* (Editora RES, Porto), *Sob o Signo da Ética* (Granito – Editores e Livresiros, Porto) e na Imprensa Nacional Casa da Moeda, *A Ética como Pensar Fundamental* e *Ética – Uma Introdução*, sendo o seu livro mais recente *Ética*, igualmente publicada pela Imprensa Nacional Casa da Moeda em 2010.

O FILÓSOFO MORAL NA SOCIEDADE ACTUAL

LUÍS CARLOS GOMES DE MELO ARAÚJO

Ficha Técnica

Título: ***O Filósofo Moral da Sociedade Actual***

Autor: ***Luís Carlos Gomes de Melo Araújo***

Edição: ***Faculdade de Letras da Universidade do Porto***

Ano de Edição: ***2016***

Coleção: ***Últimas Lições***

Execução Gráfica: ***Invulgar - Artes Gráficas / Penafiel***

Tiragem: ***150 exemplares***

Depósito Legal: ***420129/17***

ISBN: ***978-989-8648-94-5***

APRESENTAÇÃO

Em mais um opúsculo da coleção *Últimas Lições*, dá-se agora à estampa o texto da “lição” que, no passado mês de julho, o Professor Doutor Luís Carlos Gomes de Melo Araújo proferiu por ocasião da sua jubilação, cinquenta anos após a sua entrada na Faculdade de Letras como estudante de Filosofia. Iniciou funções docentes nesta Faculdade em 1972 e jubilou-se este ano como professor catedrático.

Ao longo da sua carreira académica lecionou diversas unidades curriculares, mas a Ética foi a sua área de eleição, sendo também neste domínio que se insere, maioritariamente, a sua investigação. O seu livro mais recente intitula-se, precisamente, *Ética* e foi editado em 2010 pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Para além da docência e da investigação, o Professor Luís Araújo teve sempre um envolvimento assinalável na vida da sua Faculdade, assumindo variados cargos de gestão académica e científica. Foi, durante vários anos, Presidente do Departamento de Filosofia, Presidente do Conselho Pedagógico, membro da Assembleia de Representantes, membro do Conselho Diretivo, coordenador da *Revista da Faculdade de Letras - série Filosofia* e responsável pelo ramo de “Ética e Filosofia Política” do Mestrado em Filosofia.

A sua “última lição”, sobre *O Filósofo moral na sociedade atual*, espelha bem o seu pensamento filosófico e as suas preocupações no campo da Ética e Axiologia, e convida-nos, como ele próprio diz, a refletir “sobre a dimensão talvez libertária da Filosofia ou, por outras palavras, reflectir em torno de uma certa identidade indisciplinável de uma actividade que faz, em certa medida, da transgressão dos limites uma paixão e um desafio, continuamente suscitados por uma sociedade que a crítica, a oprime e, a cada passo, a marginaliza”.

O Professor Luís Araújo continuará a fazer parte da Faculdade onde desenvolveu toda a sua atividade académica e onde desejamos que continue a colaborar. Esta publicação é um pequeno gesto de homenagem que, de forma simbólica, traduz o reconhecimento da FLUP pelos muitos anos que dedicou à instituição.

Fernanda Ribeiro
Diretora da FLUP

O FILÓSOFO MORAL NA SOCIEDADE ACTUAL

A jubilação é mais um facto de carácter administrativo que um dado de interesse biográfico e intelectual, pois a actividade intelectual pode continuar a desenvolver-se; a velhice, como referia José Luis Aranguren, é também um tempo de autorrealização pessoal. Aliás, para que não seja uma irrisória paródia da nossa existência anterior, só há uma solução - a de continuar, na tristeza e na revolta, a prosseguir fins que dão um sentido à vida: abertura a indivíduos e grupos, causas, trabalho social ou político ou intelectual criadores. Tudo isto, para lá das ilusões perdidas e do ardor vital enregelado.

Não vou reconstituir parte do meu caminho existencial universitário, até porque concordo com André Malraux quando, respondendo a quem o interpelava por não escrever as suas memórias, disse “que importa, o que só a mim importa”?

Mas o ser humano, cada ser humano, encontra-se sempre num estado de ânimo, que condiciona e dá cor ao seu mundo de percepções, pensamentos e sentimentos. Portanto como não recordar, neste momento, os meus pais, os meus professores, muitos já falecidos, e também Coimbra que, aos 17 anos, me seduziu ao longo dos três anos em que frequentei Direito para, em seguida, na fidelidade a raízes que nunca rejeitei, de pés bem assentes na terra portuense, me entregar à Filosofia e à Ética, caminhos cruzados de uma trajectória universitária que hoje termina realizando o que se chama “a última lição”, apenas porque se atingiu o limite legal de idade.

São 45 anos de docência, acrescidos dos 5 da licenciatura daquele tempo, que sempre teve como horizonte um discurso de abrangência transdisciplinar, dado o anseio omnifundamentador da Filosofia.

Porque entendo esta última lição, também, como homenagem a uma personalidade ímpar desta Faculdade, a dedico à memória do Prof. Eduardo

Abranches de Soveral que esteve na origem da minha aventura universitária em sinal de mínima retribuição a quem tanto me ajudou com o seu pensamento e o seu exemplo.

Quando me coloquei, a mim próprio, a difícil questão de saber como poderia ser esta “última lição”, a primeira ideia foi a de tratar um tema norteado por um compromisso com o tempo presente e fiel à intenção que serve de alicerce a um itinerário - o de contribuir para inculcar que a Filosofia e a Ética não são um dissertar hermético sobre questões sem proximidade com a realidade e o quotidiano, mas sim uma intervenção orientadora do universo humano concreto que reflecta não apenas uma experiência daquele “*plaisir rationnel*” a que aludia Alexis de Tocqueville mas, sobretudo, a convicção da necessidade de uma aliança entre pensamento e acção.

É neste sentido que, considerando os limites definidos para esta comunicação, atento em estar “al nível de los tempos”, como Ortega y Gasset reiteradamente apontava o sentido da tarefa do intelectual. Assim, agradecendo a vossa atenção, a todos convido para me acompanharem neste breve exercício reflexivo.

A questão, tão antiga como a própria Filosofia, que desejo abordar aqui é a de saber qual a posição do filósofo, mormente do filósofo moral face à sociedade que lhe é contemporânea. Porém, como ponto de partida importa conceptualizar minimamente “Filosofia” e “Marginalidade” para, em seguida, nos debruçarmos sobre a dimensão talvez libertária da Filosofia ou, por outras palavras, reflectir em torno de uma certa identidade indisciplinável de uma actividade que faz, em certa medida, da transgressão dos limites uma paixão e um desafio, continuamente suscitados por uma sociedade que a crítica, a oprime e, a cada passo, a marginaliza.

Com efeito, penso não me aventurar demasiado perigosamente afirmando que um exame atento da realidade do filosofar no-lo apresenta como resultante, em decisiva análise, de situações-limite perante as quais, aos seres humanos, divididos entre sentirem-se de algum modo perdidos e em busca de apaziguamento, se lhes depara a ocasião estimulante para significativamente pensarem a sua condição de marginais no seio da incomensurável realidade misteriosa de um universo cuja ininteligibilidade lhe aumenta a solidão e a amargura que, todavia, se configura, não raro, como ensejo para uma experiência de criatividade.

Lançado à margem, abandonado sem saber como, nem para quê, o ser humano não pode, contudo, alhear-se de uma espécie de orfandade cósmica que, por sua vez, lhe dá margem para assumir um inconformismo com que, afinal, ilude a desesperada fuga ao vazio da vida para a qual não encontra um significado totalizante. Justamente aqui dir-se-ia que cresce na interioridade

da sua consciência, de todo o ser humano, mas sobretudo do filósofo, um profundo sentimento de revolta, singularmente indisciplinado, razão última para comportamentos desviantes, mas igualmente justificação profunda para se revelar, como sublinhava Albert Camus, “aquilo que no ser humano, deve sempre ser defendido”¹ – não a renúncia à busca da verdade, mas a recusa a diversos tipos de alistamento que mutilem a sua independência e a fidelidade a si mesmo.

Em grande medida aqui reside a explicação para o facto de o filósofo surgir como interiormente dividido e, não raras vezes, socialmente discriminado. Vagabundo da vida, participante numa quotidianidade social que frequentemente lhe recusa o anarquismo como modo de ser e também de estar, o filósofo não sendo por natureza um exasperado ou um irritado, dele pode derivar irritação, sempre incomodativa para uma sociedade cujos modelos mentais dominantes são, quase sempre, tidos como o fruto solene de crenças e de pressupostos impermeáveis a uma certa lúdica marginalização que o filosofar favorece como efeito da sua essencial heterodoxia.

Tal atitude libertina, talvez fundamentalmente excêntrica, acarreta para o filósofo o desafio dialéctico que, aliás, de algum modo o oprime, em estabelecer um ameno equilíbrio entre convivência e rejeição. Convivência para lhe possibilitar um mínimo de integração social tão importante, tanto quanto lhe é urgente a rejeição de um sem número de convencionalismos apresentados como itinerários, por vezes sinuosos, conducentes às ortodoxias em que outros divisam o que chamam de vida plenamente autêntica.

Ao defrontar-se com essa panóplia de vigências sociais, tidas como importantes, o filósofo não se entrega a um alheamento passivo que, no entanto, caracteriza algumas formas de vida de marginalizados que, em grau maior ou menor, nessa situação ancoraram após uma exclusão, com alguma ignomínia, a que a sociedade os arremessou em jeito de pérfida punição. O filósofo, pelo contrário, ciente do que essa transgressão de limites lhe pode ocasionar, como a Sócrates a cicuta terminal, não é, quase nunca, um ser demissionário e uma das mais notáveis características que lhe pautam o ritmo e a tensão consiste em defender, muitas vezes de maneira que denota não apenas ousadia, mas igualmente algum heroísmo, o que é possível e desejável face à mecânica dos factos que a sociedade vai impondo e aureolando de tonalidades axiológicas.

A todos esses factos, valores e normas, o filósofo lhes contrapõe a lucidez e a coragem da reflexão crítica, sem, contudo, os lançar à margem, mas sim analisando-os mediante um exercício intelectual susceptível de dar margem, ensejo ou ocasião para neles separar tudo quanto nessas vigências sociais marginaliza a suprema ortodoxia humana – isto é, a liberdade, liberta de tudo

aquilo que mutila e assim destrói o mais admirável horizonte que a vida humana pode amar.

Com efeito, a situação marginal do filósofo esclarecer-se-á na justa medida em que este, quantas vezes solitário na apreciação crítica, mas igualmente solidário numa atitude prometeica e fáustica, ao emitir opinião diferente, não postula a anomia ou a desintegração social, antes exige o reconhecimento da relatividade das ortodoxias, para enaltecer a livre e responsável criatividade, capaz de dissipar a silhueta da alienação que aquelas vigências sociais suscitam amiudadas vezes. A sua vocação fundamental exprime-se na experiência livre da Razão em busca do significado e da justificação das estruturas da realidade.

Nesta ordem de ideias, pensamos que a atitude permanente das interrogações essenciais conduz o verdadeiro filósofo a “instalar-se - voluntária e heroicamente - numa ilha de “heterodoxia” teórica e prática”², para não ficar prisioneiro de arbitrarias perspectivas cujo despotismo fere, por vezes mortalmente, a autonomia essencial dos seres humanos. Uma ilha dizíamos, mas uma ilha bem perto do continente, uma ilha em cujas margens baloçam as embarcações que, ao contrário da de Caronte, o não leve aos infernos, mas sim à que poderá vir a ser, para sempre, a terra prometida.

Na realidade, a vida quotidiana da sociedade vulgar, marginada pela rotina e pelos hábitos que intensificam a decepção e a angústia dos seres humanos, vê-se confrontada com os que assumem a ruptura com a trivialidade, numa contestação que luta permanentemente pela Autenticidade como máximo imperativo, em prol de uma “poiesis” existencial, uma construção de novas formas de convivência humana, um insistente esforço visando a plena personalização de todo o género humano.

Todo este afã inconformista, sob o signo de Rimbaud e de Marx, pois de “modificar a vida” e “transformar o mundo” se trata, explicita a importância da inseparabilidade entre a Filosofia e a Vida que, da sua margem, todo o pensador reclama, mormente o filósofo moral para quem a problematização radical dos valores, apesar de tudo, ainda suscita a atenção de um auditório que o escuta, embora quase sempre não para aprender, mas para o contestar, manifestando assim o seu receio e mesmo a sua hostilidade frente a quem abala a sua tranquilidade, feita de comportamentos regulares, marcada pela estabilidade e endeusamento de algumas crenças e outros pressupostos que são o repertório de interpretações recebidas e assumidas sem exigência crítica.

Neste sentido, o filósofo aberto aos problemas concretos da vida quotidiana perfila-se como “testemunha e juiz das alienações”³, visando o enraizamento da especulação na praxis, mas sobretudo a vitalização da praxis pela reflexão; daí que todo o filósofo tenda a “explorar os obstáculos, o horizonte, o possível e o impossível, em síntese, o *terminus ad quem*, tornando-se assim um herói

transgressor”⁴, vocacionado, por consequência, para se arrojara a um ousado e, por vezes, fracassado “combate titânico entre poderes homogeneizantes e as capacidades diferenciais”⁵ dos seres humanos na sua aventura existencial.

Tal imperativo não pode deixar de se configurar como uma permanente e atribulada tomada de consciência de dupla face - de um lado, a afirmação de uma revolta lúcida perante a absurdidade da situação humana, cuja trama histórica e vital gera a desigualdade entre seres humanos e, por outro lado, o protesto de alcance reformador capaz de estimular a irrupção de formas de vida, de vias e de perspectivas favoráveis à emancipação ou libertação total de cada ser humano.

Porém, a sua voz brota de uma insularidade marginal, dificilmente tomada a sério, olhada, por vezes, com a excêntrica atitude de um ser para quem “o mar, o pôr-do-sol, as árvores no campo, as nuvens no céu, a Amizade e o Amor são, para os seus olhos deslumbrados, *uma promessa de felicidade*, como diria Stendhal”⁶, felicidade que ele anseia que não seja lançada à margem pelo alheamento que a massificação provoca inexoravelmente.

Inquieto e amiúde inquietante, ao assumir a heterodoxia como estranha forma de vida, custe o que custar, o filósofo toma sobre si a decisão de aceitar a marginalidade de uma condição como sinal da herança socrática, mas na expectativa de, num admirável dia, ela se evidenciar socialmente dominante, por consequência, arredada daquelas margens onde, rejeitada pela imbecilidade, ainda, em grande medida, se encontra abandonada. Afinal, a fuga de muitos a essa marginalidade ou à heterodoxia talvez não seja mais do que a renúncia desesperada à mais sublime experiência humana - a Liberdade!

Nesta linha de pensamento se compreenderá que pensar a relação entre o filósofo moral e a complexa sociedade actual, impõe que, desde já, me interrogue: estaremos face a um convívio impossível ou uma desejada necessidade? Será excessiva pretensão, a filosofia moral apresentar, hoje, princípios que possam realmente guiar a acção? Defender o possível frente ao provável não é defender o impossível e assim, que pode esperar-se da reflexão ética?

Entendo que a Ética não é uma espécie de terrorismo intelectual ao assumir a tarefa de traçar constantemente as margens do inaceitável, do injustificável, do intolerável a fim de proteger os direitos da pessoa e de indicar, sem preconceitos, as prioridades na época de uma mundialização que toca também a esfera das ideias, das culturas e das civilizações. Que pode esperar-se da Ética? Gerir a tristeza com sabedoria ou apontar as vias de resistência aos poderes homogeneizantes que cercam e mutilam os caminhos do aperfeiçoamento? Portanto, com a maior tenacidade, denunciar as

alienações, recordar o dever e dizer “não” à injustiça que marca sordidamente o fluxo quotidiano da barbárie de humilhações e opressões que surgem como os principais desafios da sociedade em que vivemos e que nos anuncia como bons apenas uns valores, os do mercado; aos intelectuais humanistas tocamos predicar precisamente os outros, os do respeito recíproco e da conduta recta, que são mais difíceis e, talvez, menos agradáveis. E a este respeito de nada vale acenar com a tagarelice da repetida “crise de valores” - essa bagatela ou futilidade que constantemente é referida pelos moralistas de tertúlias que nos perseguem falando-nos dos aspectos da sociedade plural. Talvez aqui haja um certo acordo: de facto, os valores surgem no contraste e, afinal, sempre estiveram em crise, são fruto da crise.

Do que se trata é pensar, sem cedência a particularismos culturais, consuetudinários e tradições, a partir da sociedade plural em que vivemos, a única que pode apresentar contrastes entre valores distintos, uma base de convivência consensuada. Isto é, esse mínimo cuja transgressão é insustentável, seja quem se seja e se esteja onde se estiver, a partir do qual os credos e as ideologias poderão elaborar os seus próprios alicerces para a convivência e responsabilidade colectiva mediante uma ética cívica, laica e universalizável a que, por exemplo, Kant aludia como indispensável meta ou “reino dos fins”.

É este o combate ante a crescente desorientação moral ou preocupante desarme ético da nossa contemporaneidade, ante o presente e o futuro em que tudo parece cerrado e que os mais catastrofistas lêem como indicadores do avanço para as diversas formas de totalitarismo. Mas como reagir? Designadamente, que fazer perante a própria desmoralização de alguns intelectuais e de alguns professores que pensam que, no tema da ética, nada têm que fazer. E este vem a ser outro grande tema que colocam nesta sociedade em que a transmissão de valores está em mãos mais confusas que a própria educação regulamentada. Que se há-de reivindicar? Precisamente o que é irrenunciável e, ao que penso, cinge-se ao único código ético consensuado que é a Declaração dos Direitos e Deveres Humanos. Aí, nos direitos humanos, está a fronteira do proibido para uma convivência quotidiana possível. Trata-se, não de como ser excelente, mas o que é mais urgente: de como viver juntos, digna e livremente. A partir daqui construir-se-á essa outra dimensão propriamente ética que é a arte de viver, os valores que dão, talvez, sentido à própria vida. E esses sim, são elegíveis e discutíveis.

A pluralidade de ideias e crenças parece desconcertar muitas pessoas e não é difícil ver uma certa nostalgia de uma monolítica moral vigente em tempo passado. Porém, a ética não é uma forma de censura, nem uma lista de bons costumes mas uma reflexão sobre a própria liberdade e, portanto, sobre as

atitudes em sociedade, isto é, sobre como formar homens e mulheres para a convivência em liberdade.

Nesta linha de pensamento equacionar a ética para o mundo intranquilo em que estamos conduz-nos, sem margem para dúvida, a reconhecer que é, decerto, a educação a área em que se poderá ganhar ou perder um combate de tal dimensão em prol de um sentido ético para a existência harmoniosa e livre que não se reduza à aceitação dos específicos particularismos e convicções de uma determinada cultura, tantas vezes sinal de barbárie intolerável alheia ao valor absoluto de cada ser humano. Aqui se enraíza, em termos actuais, a ética dos Direitos Humanos porque, ao que penso, pela primeira vez e decisivamente a liberdade e o princípio de universalização se apresentam como fundamentos da ética, mas também do direito, da economia e da política que aparece subordinada à instância ética, constituindo esta uma condição limitativa daquelas, considerando mesmo que em caso de conflito cabe à ética a resolução, embora deva prevalecer uma permanente preocupação de harmonia entre estas dimensões da vida prática. Kant, por exemplo, ofereceu-nos os pressupostos filosóficos para uma tomada de consciência de que o sujeito concreto da história humana, não seja outro que o “homem universal”, conceito inspirador da ética dos Direitos Humanos que advoga como ideia central, o respeito em cada ser humano da dignidade de uma pessoa. A questão que imediatamente nos surge será a de sabermos a que é que, em concreto, nos obriga esta ética, para, em seguida, sublinhar as condições mínimas para a sua realização.

Ora, diversas interrogações podem ser suscitadas ao reflectir acerca dos conteúdos: serão objectivamente acertados os seus princípios fundamentais? Será razoável definir prescrições colectivas que implicam a sobrevalorização de uma atitude que, por vezes, é olhada como dominação etnocêntrica? Como evitar o potencial conflito entre ideais que pretendem exprimir a essência moral do género humano e as exigências inerentes ao “status” ético-jurídico de comunidades alheias ao pensar racionalista e laico? Será a ética dos direitos humanos uma modalidade de discurso imperialista gerador de profundas divergências, ao nível do quotidiano, em torno de ideias de Bem e de Justiça?

Embora correndo o risco de uma certa banalidade, é necessário que se diga que a ética do Direitos Humanos deduz as suas propostas daquilo que se designa por “natureza humana”. Tais direitos são os direitos naturalmente atribuídos ao ser humano e, neste sentido, se poderá falar de direitos naturais da condição humana, isto é, que traduzem a ideia segundo a qual o ser humano, independentemente do lugar onde vive, tem a natureza de se “dar” a sua natureza, a liberdade de se dar a sua própria lei, o que obviamente significa

a capacidade de assumir a sua autonomia, designadamente face ao Estado, instância a quem competirá fazer respeitar por cada individuo a liberdade do outro. Trata-se de tornar possível, no âmbito de qualquer quotidiano intranquilo, a liberdade na fraternidade, possibilitando que os seres humanos de qualquer comunidade se assumam como verdadeiros protagonistas de uma cidadania digna, responsável, dialógica e porventura feliz, não obstante a evidência da existência pessoal ser sempre uma travessia entre “nadas”: o nada de onde surgimos e o nada a que estamos destinados.

Ao admitir esta racionalidade ética mínima está-se a constituir um rochedo sólido para a arquitectura de um mundo humano vertebrado pela tolerância e pelo respeito da dignidade, não obstante o “politeísmo axiológico” que Max Weber referiu, para inculcar uma “ética cívica” de horizonte planetário.

Vivemos um quotidiano de generalizado relativismo ético que, sobretudo entre as novas gerações, fomentou uma atitude de que “vale tudo” e também numa época caracterizada por um profundo cepticismo público acerca do papel crítico da Ética, que aparece como uma perda de tempo e uma forma de viver idealista e utópica num mundo globalizado. Os pensadores da Ética são apresentados como insignificantes inventores de conceitos cujo objectivo se acolhe com cinismo e desdém. Creio que a melhor maneira de responder claramente a essa atitude será a de examinar as consequências que resultam em pôr de lado a problemática da Ética. Com efeito, penso que, em certa medida, a tarefa cívica da filosofia moral radica na luta quotidiana entre pensamento crítico e o fanatismo de certas tiranias irreflexivas e dominações hegemónicas que se situam em tantas “construções quotidianas do comum” que suscitam hoje a nossa preocupação. Dir-se-ia que o apelo à ética ocupa a quotidianidade de todos quantos reflectem acerca dos caminhos, em certa medida arbitrários e mesmo opressivos, por onde a civilização vai traçando como que o seu destino histórico, em função de interesses e não de valores. Será que perante essa eminência parda que é o Mercado não há lugar para a ética na sociedade actual? Penso que há porque é cada vez mais incontornável reflectir acerca da rectidão e da justiça, isto é, de sabedoria responsável para a vida. A crise abre uma nova perspectiva para responder às grandes perguntas que afectam o quotidiano inquietante em que vivemos. O itinerário para a regeneração do mundo só pode ser marcado pela preocupação, tão desejada por Albert Camus, de impedir que continuem a existir “vítimas” e “carrascos”, isto é, marcas de irracionalidade, massificação e acriticismo que bloqueiam a construção de uma autêntica civilização da Dignidade.

Dir-se-ia que pensar os argumentos humanos para o afrontamento da misteriosa violência do destino e, portanto, defender o primado da ética humanista - decerto também humanitarista - abre caminho para um

combate racional capaz de triunfar sobre as incertezas e os antagonismos de um processo histórico que vem interpelando a esperança com a tenaz trágica com que alguns impedem o entusiasmo de viver.

Chego ao fim, apontando não uma solução, mas uma irrecusável opção, a “via” de que nos fala Edgar Morin - ao desassossego quotidiano da sociedade actual, o intelectual e mormente o pensador ético terá de lhe opor a sua força tranquila - a força da Razão!

Notas

- ¹ CAMUS, Albert, "L'Homme Révolté" em *Essais*, Paris, Gallimard, Bibl. de la Pleiade, 1965, p. 429.
- ² NICOLÀS, Guillermo, *El hombre, un ser en vías de realización*, Madrid, Gredos, 1974, p.221.
- ³ LEFEBVRE, Henri, *Critique de la Vie Quotidienne. I - Introduction*, Paris, L'Arche, 1958, p.109.
- ⁴ LEFEBVRE, Henri, *La Fin de L'Histoire*, Paris, Minuit, 1970, p. 152.
- ⁵ LEFEBVRE, Henri, *Le Manifeste Différentialiste*, Paris, Gallimard, 1970, p.49.
- ⁶ SÁ, Pedro de Moura e, *Vida e Literatura*, Lisboa, Bertrand, 1960, pp.38-39.